Maio/ Junho de 2003
Nº 20 ANO IV

Linhas

Publicação do Conselho Regional de Psicologia CRP - 07

IMPRESSO ESPECIAL
CONTRATO Nº 03687/ 01
ECT/DR/RS
CRP-07-Conselho Regional de Psicologia
7ª Região
ACF B.GONCALVES

Tempos de insegurança

Algumas reflexões sobre a violência na atualidade

Avaliação Psicológica

Os testes psicológicos em avaliação

Fora dos Consultórios

A clínica entra na dança

Gestão Inserção

- Carla Garcia Bottega
- Carla Mariela Carriconde Tomasi
- Célia Angelina Trevisi do Nascimento
- Cristina Armani Madeira
- Dóris Noronha
- Gisele Silva Sanches
- Janice Castilhos Gomes
- Liliana Santos
- Mara Cristina Kozorosky Almeida
- Maria Anastasie de Castro Cortês
- Maria Cristina Carvalho da Silva
- Maria da Graça Corrêa Jacques
- Mylène Geiger
- Ruy Dias Gigante
- Simone Poester Schmidt
- Tatiana Cardoso Baierle
- Vera Elizabeth Verissimo

Diretoria

- Presidente: Carla Mariela Carriconde Tomasi
- Vice-presidente: Carla Garcia Bottega
- Secretária: Mylène Geiger
- Tesoureira: Tatiana Cardoso Baierle

Comissão de Comunicação

- Mylène Geiger
- Vera Elizabeth Verissimo
- Walter Firmo de Oliveira-Cruz

editorial



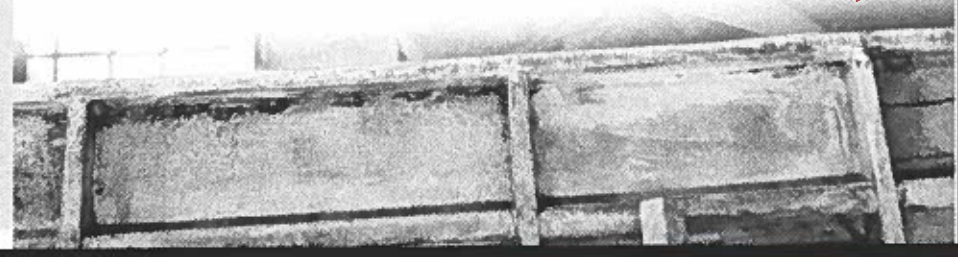
Questões sobre a violência

A violência está na ordem do dia. É manchete dos jornais, pauta de debates na televisão, tema recorrente em qualquer roda de amigos. Em meio a outras guerras que vêm e vão no cenário mundial, no Brasil a guerra protagonizada pelo crime organizado tem tomado proporções cada vez mais alarmantes, matando pessoas, alvejando prédios públicos, hotéis, avenidas. Mais recentemente, vem atingindo figuras até então preservadas, como os juízes, com o objetivo de inibir iniciativas que poderiam resultar no combate à impunidade. Tais atos de demonstração de força e ousadia, além de aumentar a insegurança de toda a sociedade, podem comprometer a perspectiva de reversão do problema por parte das autoridades.

A violência faz parte da sociedade contemporânea e, como não poderia deixar de ser, do cotidiano do psicólogo. O profissional que atua na clínica, em escolas, hospitais, empresas e outras instituições precisa, diariamente, buscar respostas e soluções para situações diversas e muitas vezes trágicas que envolvem o ser humano. É por isso que o assunto ganha destaque nesta edição do EntreLinhas. Estamos – todos - inseguros diante da violência, mas também não podemos deixar de reconhecer que somos agentes deste processo. A violência que faz parte da nossa realidade se manifesta de diferentes formas, como podemos depreender da entrevista realizada com o Dr. José Vicente Tavares dos Santos. Como pesquisador do assunto, ele insiste na importância da problematização do tema em todas as esferas sociais, contribuindo para uma visão dos diferentes ângulos do assunto. O filme Carandiru, tema da resenha da página 12, faz um recorte sobre a questão da violência. Não por acaso, a produção já está na lista dos campeões de bilheteria do cinema brasileiro.

Outro assunto que ganha destaque neste EntreLinhas é a Resolução 02/2003, que trata do processo de avaliação dos testes psicológicos remetidos ao Conselho Federal pela Comissão de Pareceristas *ad hoc*. Essa medida vai trazer repercussões importantes ao exercício profissional e, principalmente, à melhoria da imagem do psicólogo em nossa sociedade, pois o processo de avaliação dos testes utilizados conferirá uma maior credibilidade aos instrumentos considerados adequados ao uso. Por isso, é muito importante o conhecimento de todos sobre os desdobramentos desta nova resolução da Psicologia. Boa leitura!!

Gestão Inserção



Conselho de Psicologia do Rio Grande do Sul / CRP-07

Sede
Av. Osvaldo Aranha, 1423 – sala 102
90035.191 – Porto Alegre/RS
Telefone/Fax: (51) 3335.1838 3330.3458
E-mail:
contatos através do site
www.crp07.org.br

Seção Serra
Avenida Itália, 325/705
95.010-260 – Caxias do Sul/RS
Telefone (54) 223.7848
Representante: Viviane Marcon Duarte

Seção Sul
Rua Félix da Cunha, 772/304
96.010-000 – Pelotas/RS –
Telefone (53) 227.4197
Representante: Giovani Cantarelli

- Os artigos publicados com assinatura são de inteira responsabilidade do autor e não traduzem, necessariamente, a opinião do Conselho Regional de Psicologia.

- Cartas, artigos e outras manifestações devem ser encaminhadas à Comissão de Comunicação. Os artigos devem ter, no máximo, 35 linhas. Por questão de espaço, as cartas podem ser resumidas.

Edição e textos: Mônica Kanitz (MTb 8103)
Design gráfico: Clô Barcellos/Libretos
Impressão: Pallotti
Tiragem: 7 mil exemplares
Peridiocidade: bimestral
Distribuição gratuita

A subjetividade através da dança

A dança como ferramenta da Psicologia. Corpo e mente conectados inventando novas sensibilidades, uma outra forma de existir. Esta possibilidade foi construída, na prática, pela psicóloga Patrícia Spindler a partir do momento em que resolveu unir duas atividades essenciais e prioritárias da sua vida: a dança e a Psicologia. Bailarina desde criança, Patrícia conta que sempre quis relacionar arte com Psicologia e sentiu que poderia fazê-lo durante as aulas de dança que ministrou para um grupo de mulheres na faixa dos 50 anos. "Elas não estavam satisfeitas com suas vidas e comentavam isso comigo. Aos poucos, fui fazendo estas escutas e percebendo que a dança se constituía em um espaço para se estar de um jeito diferente. Um jeito em que se pode criar novos dispositivos para dar passagem ao desejo, permitindo inventar uma nova sensibilidade, uma outra forma de existir e dar conta da sua existência", explica a psicóloga.

Prática e teoria foram caminhando juntas durante o curso de Especialização em Psicologia Social da UFGRS, que Patrícia concluiu em meados de 2002 e que resultou na monografia *Dança: uma Ferramenta Potencializadora da Subjetividade*. "Através do trabalho de conclusão coloquei no papel esta experiência de clínica ampliada que vinha desenvolvendo", acrescenta a psicóloga, ressaltando a importância de uma flexibilização da Psicologia diante de algo que as medicinas alternativas sabem explorar muito bem. "Se as pessoas não estão bem com seus corpos isso as afeta subjetivamente, e vice-versa. Com uma postura diferente inventamos uma subjetividade em estado nascente que vai se construindo com este outro tipo de movimentação", esclarece.

Todas estas conclusões e impressões nasceram dos encontros com este grupo, que aconteceram no período de um ano (entre 2001 e 2002) dentro da programação do SESC de Novo Hamburgo. Patrícia diz que os motivos que levaram estas mulheres a procurar as aulas de dança eram variados: dores físicas, a saudade que sentiam dos tempos em que dançavam com seus maridos, a vontade de sair um pouco de casa e até mesmo um certo sentimento de depressão. "Elas se sentiam excluídas da sua própria história. Nas suas vidas só havia espaço para o marido e os filhos e mesmo aquelas que tinham seu emprego não encaravam esta atividade como uma conquista, como algo realmente seu", recorda. As aulas, semanais, tinham basicamente a estrutura de uma aula de dança: aquecimento, alongamento, exercícios que trabalham somente determinadas partes do corpo para depois ensaiar sua reconstrução através de seqüências coreográficas e movimentos mais livres e soltos. Cada momento destes podia produzir uma lembrança, possibilitar uma escuta e uma conversa em grupo, através da qual cada uma das participantes dava voz para suas sensações e para seu corpo. "No começo era menos visível, mas lentamente elas foram construindo e resgatando sua espontaneidade. A movimentação no processo inicial das aulas também era mais difícil de aparecer, a maioria não gostava nem de se olhar no espelho. Uma delas costumava me dizer que tinha passado a vida inteira copiando os outros, por isso não conseguia tirar os olhos da professora e nem fazer de outro jeito, mas com o passar do tempo ela, a aluna, criava muito mais", revela a psicóloga.

Um dos recursos para trabalhar melhor com estas mulheres foi a utilização de músicas com temáticas femininas, como Maria, Maria (de Milton Nascimento) e Não Chores Mais (versão de Gilberto Gil para o reggae de Bob Marley), e a relação dos movimentos com experiências da infância. "Numa das aulas, bastou que eu pedisse para elas recordarem como pulavam poças d´água quando eram crianças para conseguirem executar com maior clareza a movimentação proposta", explica Patrícia. Mas eram os momentos de relaxamento, no final da aula, os mais propícios para o "outramento" provocado. Era sugerido que as integrantes do grupo tentassem ouvir e fazer o que o corpo pedia. "No começo esta era uma das propostas mais delicadas da aula. Algumas ficavam imóveis, não suportavam aquela possibilidade que ia além da aula de dança. Aos poucos, a maioria foi obtendo uma escuta do seu corpo e com isto conseguindo aproximar da sua maneira de viver os afetos vividos no grupo", avalia Patrícia.

Neste um ano de experiência com uma clínica ampliada que une a dança e a Psicologia, Patrícia percebeu que sua proposta traz mudanças, tanto que desde o início de 2003 o projeto ganhou um novo espaço, em uma outra academia. "Acho que a minha proposta abre uma outra via para Psicologia. Na maioria das vezes, o psicólogos não aproveitam este olhar, esta escuta que o corpo traz. Este trabalho potencializa a relação subjetividade-corpo da qual estamos tão carentes no mundo contemporâneo e a psicologia pouco tem contribuído nesta questão". Além disso, o trabalho valoriza o envolvimento de um grupo. "Este aspecto acrescenta bastante e é muito enriquecedor, já que cada participante devolve o que percebeu e se coloca do seu jeito no espaço coletivo que é potencializado pela multiplicidade", observa Patrícia, que também é psicóloga clínica e escolar e trabalha com assessoria institucional a empresas.

** O trabalho de Patrícia Spindler - Dança: uma Ferramenta Potencializadora da Subjetividade - foi um dos selecionados para a oficina Clínica Ampliada: repensando o dentro/fora nas práticas psi, promovida pelo CRP-07 no III Fórum Social Mundial.* Contatos pelo e-mail pspindler@uol.com.br

OS TESTES PSICOLÓGICOS

Art.1º, parágrafo único
Os testes psicológicos são procedimentos sistemáticos de observação e registro de amostras de comportamentos e respostas de indivíduos com o objetivo de descrever e/ou mensurar características e processos psicológicos, compreendidos tradicionalmente nas áreas emoção/afeto, cognição/inteligência, motivação, personalidade, psicomotricidade, atenção, memória, percepção, dentre outras, nas suas mais diversas formas de expressão, segundo padrões definidos pela construção dos instrumentos.

Desde 1997, quando houve o veto para a obrigatoriedade da avaliação psicológica para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, o CFP assumiu o compromisso junto a categoria de lutar pela garantia da realização do psicotécnico. Esta luta, contudo, deveria ser acompanhada pela busca da qualificação do trabalho, sempre pautada pela Ética. Naquela ocasião, foi criada a Câmara Interinstitucional dos Testes Psicológicos, uma primeira tentativa de construção de um processo de qualificação, época em que já se constatava a necessidade de validação dos testes psicológicos.

Em 2000, o I Fórum Nacional de Avaliação Psicológica trouxe propostas que reforçavam a qualificação como objetivo primeiro. Em 2001, o IV Congresso Nacional de Psicologia deliberou acerca do tratamento dispensado aos testes psicológicos. O resultado foi a implementação da Resolução 025/2001, que define teste psicológico como um instrumento de uso privativo do psicólogo e regulamenta seu uso. Além disto, a Resolução trata também da qualificação dos testes psicológicos, propondo um sistema de avaliação. É por isso que, desde sua publicação, os psicólogos aguardam a validação dos testes pelo CFP.

A novidade neste processo é a publicação, em março desse ano, de uma nova Resolução, que por absoluta necessidade de operacionalizar e efetivar o que propunha a 025/2001, acaba revogando-a. A resolução 02/2003 avança com relação a anterior, como por exemplo, ao definir o que são os testes psicológicos no artigo 1º. Esta nova resolução também é muito importante por afirmar que um teste não validado pelo CFP– o que equivale a dizer que não oferece condições de uso e, conseqüentemente, não poderá ser utilizado –, também não pode ser comercializado, garantindo que nenhuma pessoa será avaliada através de um instrumento inadequado. É neste sentido que o Sistema Conselhos assume seu papel de mediador entre a população/usuários e a profissão.

A Resolução contém, além da definição do que são os testes psicológicos, os requisitos mínimos que os testes devem possuir para que sejam aprovados pelo CFP e adquiram o *status* de "em condição de uso".

Validade

A validade é a característica mais importante dos testes psicológicos. Refere-se à legitimidade das interpretações que são feitas a partir do teste e, portanto, ao conjunto de evidências favoráveis às interpretações propostas para os escores do teste obtidas em pesquisas destinadas a testar os pressupostos de tais interpretações. O profissional usuário dos instrumentos precisa revisar as pesquisas de validade para saber em quais contextos e para quais propósitos o teste é o mais eficaz.

Precisão

Como toda a avaliação é vulnerável ao erro, uma questão de ordem prática é saber o tamanho do erro que geralmente ocorre nas avaliações. Os estudos de precisão criam uma nova oportunidade de avaliação e procuram garantir que, numa segunda oportunidade, o atributo avaliado não tenha sido modificado. Com isso, busca-se verificar as flutuações dos escores de um teste em condições nas quais deveriam permanecer constantes. A precisão (fidedignidade ou confiabilidade) refere-se ao quanto os escores de um teste são imunes às flutuações geradas por fatores indesejáveis que inevitavelmente interferem nos escores, mas que não possuem nenhuma relevância ao que é avaliado.

Padronização

Refere-se ao sistema de interpretação dos resultados dos testes. Muitos instrumentos utilizam as expectativas normativas como referências para interpretar os escores, sendo que a definição do que é normal é feito pelo escore médio obtido por pessoas funcionalmente normais. São grupos de referência que servem como base para que as respostas de uma pessoa possam ser comparadas e contextualizadas. Uma das críticas mais comuns aos testes é a ausência de estudos normativos no Brasil.

Carla Tomasi
Presidente do CRP-07

Mylène Geiger
Secretária do CRP-07

EM AVALIAÇÃO

Isto significa que devem respeitar as três características básicas que fundamentam cientificamente um teste psicológico:
Validade, Precisão, Padronização (conforme os artigos 4º, 5º e 6º).
Uma vez que o CFP assume a responsabilidade pela validação dos testes, a Resolução passa a definir quais os critérios de validação, de onde foram extraídos os parâmetros e como será realizado este trabalho, isto é, especificações quanto à forma de organizar e efetivar a sua avaliação (artigo 8º).

Artigo 8º
O CFP manterá uma Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica integrada por psicólogos convidados, de reconhecido saber em testes psicológicos, com o objetivo de analisar e emitir parecer sobre os testes psicológicos encaminhados ao CFP, com base nos parâmetros definidos nesta Resolução, bem como apresentar sugestões para o aprimoramento dos procedimentos e critérios envolvidos nessa tarefa, subsidiando as decisões do Plenário a respeito da matéria.

O trabalho de validação dos testes está em fase de finalização, uma atribuição da comissão de 32 pareceristas ad hoc constituída pelo CFP (artigo 9º).
102 testes já foram encaminhados ao CFP para análise e, como produto final deste trabalho, teremos uma lista de testes em condições de uso em pouco tempo. Quando isto acontecer, os testes que não tiveram aprovação não poderão ser usados, sendo que o mesmo critério será adotado para os testes que não foram encaminhados para avaliação.

Artigo 9º
Os testes recebidos terão tramitação interna de acordo com as seguintes etapas:
I -Recepção; II -Análise;
III - Avaliação; IV- Comunicação da avaliação aos requerentes, com prazo para recurso;
V - Análise de recurso;
VI - Avaliação Final .

Confira a Resolução 02/2003 e a lista dos testes em avaliação no site
www.crp07.org.br

Como este é um processo contínuo, a lista de testes válidos estará sempre sendo atualizada. Os testes que tiverem seu prazo de validade vencido e necessitarem de nova pesquisa para validação sairão da lista; por outro lado, à medida em que os testes forem sendo aprovados, ingressam na lista. Cabe ressaltar que os responsáveis pelos testes que passarão pelo processo de validação são os pesquisadores, autores ou editoras, que deverão inscrevê-los junto ao CFP. Os psicólogos que fazem uso de algum teste que não aparece nessa lista devem procurar a editora do mesmo e solicitar o encaminhamento ao CFP para validação (artigo 7º).

Artigo 7º
Também estão sujeitos aos requisitos estabelecidos na presente Resolução os testes estrangeiros de qualquer natureza, traduzidos para o português, que devem ser adequados a partir de estudos realizados com amostras brasileiras, considerando a relação de contingência entre as evidências de validade, precisão e dados normativos com o ambiente cultural onde foram realizados os estudos para sua elaboração.
Parágrafo Único - Os requerentes, autores, editores, laboratórios e responsáveis técnicos de testes psicológicos, comercializados ou não, poderão encaminhar os mesmos ao CFP a qualquer tempo, protocolando requerimento dirigido ao presidente do CFP, acompanhado de 2 (dois) exemplares completos do instrumento.

*José Vicente Tavares dos Santos**

"A ordem

Violência e Cidadania é o objeto de pesquisa de um grupo que existe desde 1995 no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Formado com o objetivo de estudar a violência no campo, atualmente o grupo reúne cerca de 30 pesquisadores e integra uma rede internacional que se estende por outras universidades brasileiras e instituições do Uruguai, Argentina, Chile, Venenzuela e Suécia. Seu foco de estudos também se ampliou e hoje envolve praticamente todos as assuntos relacionados com a violência e suas manifestações. "Nossa preocupação é estabelecer a relação entre processos de mundialização e a expansão das diversas formas de violência na sociedade brasileira, bem como analisar as raízes sociais da violência, entre as quais estão o aumento do desemprego, a crise das instituições socializadoras e a dramatização da violência pelos meios de comunicação de massa", explica o professor José Vicente Tavares dos Santos, coordenador do grupo. Poucos dias antes de embarcar para o Canadá, onde iria participar de um congresso sobre violência na escola, concedeu esta entrevista para o EntreLinhas:

EntreLinhas - A afirmação de que a violência está assumindo as características de uma epidemia procede?

José Vicente Tavares dos Santos - Em primeiro lugar, é importante esclarecer que a violência é uma relação social que envolve a força física ou a ameaça sobre o corpo do outro para resolver um conflito, obter um ganho material simbólico ou impor uma ação. Também é importante salientar que existem vários tipos de violência que perpassam todas as esferas da vida social. Há poucos dias foram divulgados números da Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul que mostram que no máximo 30% dos atendimentos de emergência feitos nos hospitais envolvem a violência criminal. Há os casos de violência doméstica, que envolvem acidentes e brigas no grupo familiar, e acontece em todas as classes sociais. Isso inclui a relação dos pais com os filhos, já que uma das grandes hipocrisias da nossa sociedade, sobre a qual poucos falam, é o castigo corporal de crianças, dos pais que batem nos filhos, considerando isso normal. Há também a violência sexual, do abuso de crianças e adolescentes, e a violência escolar, sobre a qual fizemos um livro publicado em 1999 pela Prefeitura de Porto Alegre. Nesta violência que cerca as escolas há algo que chamamos de conflito de códigos de civilidade: basta assistir ao recreio de qualquer escola e observar o quanto a violência faz parte do seu cotidiano, mas também como a escola abdica de exercer a autoridade simbólica e real. Além destas, há uma violência difusa pela sociedade: por exemplo, 70% das ocorrências atendidas pela polícia militar não são criminais, são conflitos interpessoais. Incluem desde o problema do gato que subiu no telhado, o menino que deu chute na menina, a mãe que bate na mãe, pai que bate no pai do outro. Isso são brutalidades mas são problemas que poderiam ser resolvidos por uma mediação de conflitos. Em relação à violência criminal, fizemos um mapeamento da mesma em Porto Alegre.

E - O que o grupo apurou neste mapeamento?

Tavares - Constatamos várias coisas. Pouca gente se dá conta, mas os tais "acidentes de trânsito", que deveríamos denominar de "uma forma de violência no trânsito", ocorrem nas zonas de renda mais alta, com maior escolaridade e menor números de crimes contra as pessoas. Os crimes contra o patrimônio se concentram na área central, nas áreas de altas rendas e do setor bancário e do comércio. Mas os crimes contra as pessoas se distribuem por toda a cidade. Nos caso de homicídios, embora haja uma concentração no centro, há quase um número de casos iguais em zonas de baixa renda e de alta renda: entretanto, o domicílio da vítima de homicídios está em zonas periféricas. Ou seja, as pessoas saem de seus bairros para morrer, às vezes para matar. Há uma espécie de segregação espacial da violência na cidade, pois as manifestações de violência estão distribuídas desigualmente segundo as regiões da cidade. Hoje a área mais conflituosa da cidade é na Zona Norte e no Eixo da Baltazar, uma região de povoamento recente, com urbanização caótica e com muito tráfico de drogas. A grande ocorrência de violência por causa de drogas e brigas entre gangues são os limites dos bairros ricos e pobres, num eixo que vai da Zona Norte ao Partenon e à região da Cruzeiro.

E - Na sua opinião, quais são as causas da violência em nossos dias?

Tavares - Basicamente existe uma violência objetiva, expressa em atos de criminalidade e de violência doméstica e física, e um sentimento subjetivo de insegurança, no qual são representações coletivas que têm sua dinâmica própria. O simbólico tem uma dinâmica própria em relação ao mundo objetivo. Aí entra não só a própria mídia, mas todas as instâncias de produção simbólica, como a escola, os órgãos de comunicação, os formadores de opinião. Se hoje se vive num mundo de ambivalência é porque se tem as questões da modernidade e a relação entre a ordem e o caos. A ordem, que sempre foi uma promessa da modernidade, é uma tarefa impossível. As pessoas sentem isso, de que se perdeu a possibilidade da ordem. E essa tensão/ordem, regra/conflito é constitutiva do mundo. A minha geração foi educada com a idéia de que o mundo tinha um sentido, que existia uma ordem possível e que a escola seria um lugar de socialização para o futuro. Só que esta certeza, hoje, se perdeu, e isso cria uma tensão nas pessoas. Aquelas promessas de ordem, de progresso, de socialização plena via escola, família e instituições, de estabilidade, estouraram, arrebentaram. A crise do Direito de Família mostra bem isso, uma vez que diaboliza os homens, vitimiza as mulheres e infantiliza as crianças, cria estigmatizações de todos os tipos.

E - As instituições perderam sua função?

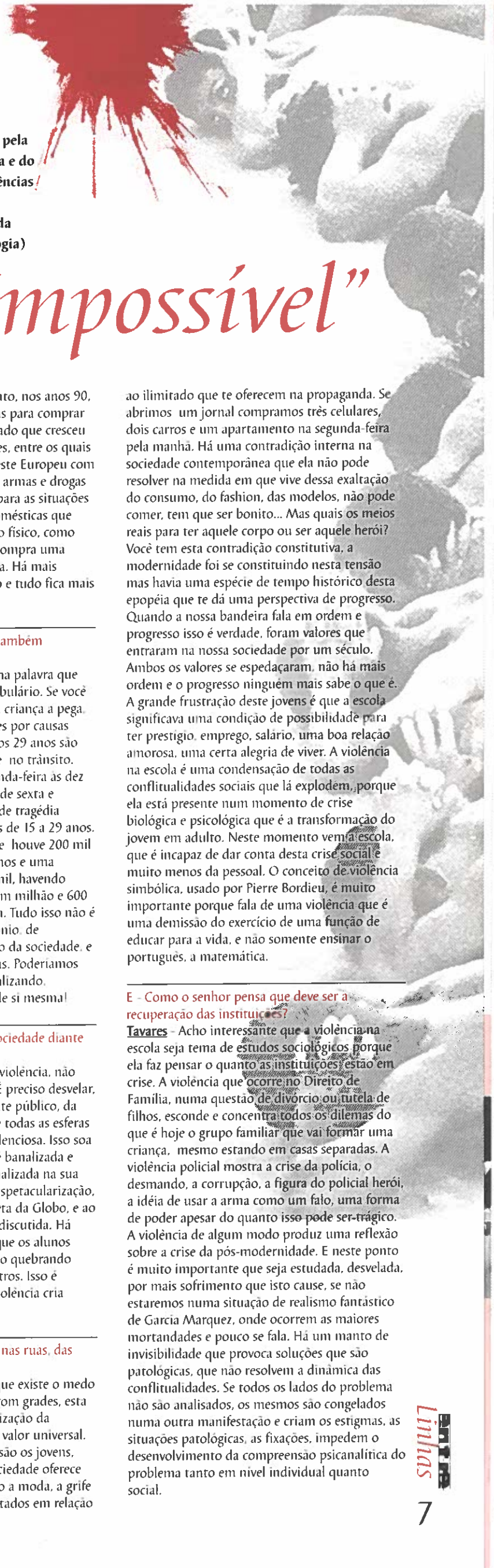
Tavares - Todas estas instituições de socialização entraram em crise. Começou com a família e depois a escola, que historicamente se constituiu como a grande instância civilizadora da sociedade urbana industrial. Isso tudo acabou. Hoje, a violência na escola é tema de congressos internacionais, sendo que eu próprio já estudei a violência em 24 países. E os Estados Unidos são o exemplo mais marcante. Há poucos dias um aluno matou o diretor de uma escola, as livrarias vendem manuais sobre tudo o que um estudante precisa saber sobre a violência na escola e os ensina a se comportar no recreio para não se envolverem em brigas. 25% das escolas de periferia têm detectores de metais. Ou seja, isso é um fenômeno mundial, a violência se transformou na nova questão social mundial da crise da pós-modernidade.

E - A polícia também perdeu a credibilidade...

Tavares - Isso remete ao tipo de controle social que uma sociedade quer, uma pauta da crise da pós-modernidade. O controle social informal – as famílias, os grupos de vizinhos ou as associações de moradores – funcionou relativamente bem durante o período do pós-guerra e de vigência do Estado do Bem-estar Social. A partir das duas últimas décadas, quando tudo entrou em crise, também naufragaram os controles formais. Essa falta na base é um dos fatores que explicam a crise das polícias. As polícias estão em crise em todos os países, na América Latina, no Leste Europeu, nos Estados Unidos, na França. Isso fez com que a polícia virasse objeto de estudo da Sociologia, o que nem se cogitava há alguns anos. Em 15 estados brasileiros os policiais foram chamados às universidades para participar de cursos e nós, pelo IFCH da UFRGS, tivemos como alunos os últimos cinco comandantes da Brigada Militar.

E - Como os senhores conduziam este debate?

Tavares - Discutimos justamente a crise da pós-modernidade, qual é a função da polícia. O policial tem uma função social, não adianta saber direito penal e administrativo na ponta da língua e ter apenas dez horas de psicologia, que é o que oferecem nos cursos das escolas de polícias. O policial precisa saber como intervir nesta profusão de conflitualidades que ocorrem no tecido social. O fato de o Garotinho assumir a Secretaria de Segurança do RJ é significativo de como alguém que tem o controle político de seu Estado joga esse capital político numa arriscada tarefa, revelando a centralidade da questão da



* Sociólogo pela UFRGS, Mestre pela Universidade de São Paulo, Doutor de Estado pela Université de Paris – Nanterre; Professor Titular do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-graduação em Sociologia, Diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Pesquisador do CNPq; Membro do Conselho Nacional da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; Membro da Diretoria da ALAS – Associação Latino-americana de Sociologia)

é uma tarefa impossível"

segurança/insegurança nas cidades. A frase com que ele assumiu também é significativa: "os bandidos serão tratados como bandidos e os policiais que são bandido serão tratados como bandidos". Esta é uma realidade do mundo inteiro: os policiais fazem parte do problema da violência. É urgente que a sociedade pense que polícia deseja ter, que forma de controle formal deve existir. Mas, o que se vê é uma sociedade que reage por espasmos: acontece um crime aqui e sai uma lei lá, acontece outro e surge outra. Nada é planejado ou tem alguma estratégia, aqueles que trabalham nesta área andam às cegas. Nós, do grupo de pesquisa Violência e Cidadania, somos atuantes porque ninguém consegue resolver estas questões de modo simples. Não bastam mais as doutrinas militares, a doutrina do herói, nem a valoração da força física. O policial necessita de uma formação orientada pelo pensamento complexo.

E - Qual o papel dos governos nesta estrutura?

Tavares - Há uma preocupação em reformular isso. No governo FHC foi feito o primeiro Plano Nacional de Direitos Humanos da história brasileira, o que foi importante. Depois houve o Plano Nacional de Segurança Pública, mas o FHC tinha um projeto muito centrado em equipamentos, armas, viaturas, com uma perspectiva tecnocrática da polícia, sem visão sistêmica ou planejamento estratégico. O governo Lula apresentou um projeto que parece atender melhor à complexidade do problema, quer facilitar projetos globais, com planejamento, com integração das gerências policiais, em uma visão sistêmica. Isso exige uma nova formação, na qual as dimensões psicanalíticas e psicológicas são fundamentais neste processo, principalmente porque envolve pessoas em constante risco de vida ou que podem vir a colocar vidas em risco. Este tipo de visão inexistia até muito pouco tempo atrás na formação dos policiais, pois ele tem que ser um mediador de conflitos, um agente dos Direitos Humanos além de ser um profissional eficiente na prevenção e na repressão do crime.

E - De que forma o senhor entende que estas questões podem ser resolvidas?

Tavares - Acho que hoje existe uma consciência da gravidade e da centralidade da questão da violência na sociedade, perpassando várias esferas. Entretanto, deve-se ressaltar que a tarefa exige uma formação multidisciplinar: existem dimensões psicanalíticas, tensões sociais e até pesquisas sobre os genes da agressividade. Mas é interessante perceber que as pessoas que têm somente uma formação em direito penal ou administrativo agem em uma ótica repressiva, o que também não funciona. A crise das prisões revela tal impossibilidade, pois ao se tentar resolver um problema cria-se outro.

E - E a relação das drogas com a violência?

Tavares - Isso aparece bem no filme Cidade de Deus. Num determinado momento, nos anos 90, começou a haver tráfico de drogas para comprar armas e vice-versa. Foi um mercado que cresceu em vários países por vários fatores, entre os quais a disponibilidade de armas no Leste Europeu com o fim do socialismo. O tráfico de armas e drogas oferece meios muito mais letais para as situações de violência, seja nas disputas domésticas que rapidamente passam para um ato físico, como nos EUA, onde qualquer garoto compra uma arma e mata seu diretor na escola. Há mais disponibilidade de armas de fogo e tudo fica mais grave e trágico.

E - A possibilidade de acidentes também aumenta...

Tavares - Creio que acidente é uma palavra que deveria ser banida do nosso vocabulário. Se você deixa uma arma na gaveta e uma criança a pega, isso não é um acidente. As mortes por causas violentas na faixa etária dos 15 aos 29 anos são metade por homicídios e metade no trânsito. Ora, ninguém morre numa segunda-feira às dez da manhã, mas nas madrugadas de sexta e sábado, depois das festas. A grande tragédia brasileira são as mortes de jovens de 15 a 29 anos. Na década de 1990, estima-se que houve 200 mil mortes de jovens entre 15 e 29 anos e uma emigração de um milhão e 400 mil, havendo assim uma perda geracional de um milhão e 600 mil jovens na sociedade brasileira. Tudo isso não é apenas um problema de patrimônio, de insegurança. Ocorre a vitimização da sociedade, e as principais vítimas são os jovens. Poderíamos até dizer que a sociedade está realizando, estruturalmente, um genocídio de si mesma!

E - Qual deve ser a posição da sociedade diante desta situação?

Tavares - Não pode ter medo da violência, não pode escondê-la atrás da porta. É preciso desvelar, expor a violência através do debate público, da pesquisa, da problematização de todas as esferas sociais. No fundo a violência é silenciosa. Isso soa como um paradoxo, porque ela é banalizada e silenciada ao mesmo tempo. Banalizada na sua expressão dramatúrgica, na sua espetacularização, como acontece com o Linha Direta da Globo, e ao mesmo tempo escondida, não é discutida. Há professores que se lixam para o que os alunos estão fazendo nas escolas, se estão quebrando cadeiras ou batendo uns nos outros. Isso é complicado por que desvelar a violência cria ansiedade e é ruim.

E - E quanto ao medo que existe nas ruas, das pessoas comuns?

Tavares - Ao mesmo tempo em que existe o medo e a necessidade de cercar a casa com grades, esta modernidade propôs a universalização da mercadoria e do consumo como valor universal. O grande objeto da publicidade são os jovens, mas os meios legítimos que a sociedade oferece para ele ter acesso a valores como a moda, a grife e o tênis são absolutamente limitados em relação ao ilimitado que te oferecem na propaganda. Se abrimos um jornal compramos três celulares, dois carros e um apartamento na segunda-feira pela manhã. Há uma contradição interna na sociedade contemporânea que ela não pode resolver na medida em que vive dessa exaltação do consumo, do fashion, das modelos, não pode comer, tem que ser bonito... Mas quais os meios reais para ter aquele corpo ou ser aquele herói? Você tem esta contradição constitutiva, a modernidade foi se constituindo nesta tensão mas havia uma espécie de tempo histórico desta epopéia que te dá uma perspectiva de progresso. Quando a nossa bandeira fala em ordem e progresso isso é verdade, foram valores que entraram na nossa sociedade por um século. Ambos os valores se espedaçaram, não há mais ordem e o progresso ninguém mais sabe o que é. A grande frustração deste jovens é que a escola significava uma condição de possibilidade para ter prestígio, emprego, salário, uma boa relação amorosa, uma certa alegria de viver. A violência na escola é uma condensação de todas as conflitualidades sociais que lá explodem, porque ela está presente num momento de crise biológica e psicológica que é a transformação do jovem em adulto. Neste momento vem a escola, que é incapaz de dar conta desta crise social e muito menos da pessoal. O conceito de violência simbólica, usado por Pierre Bordieu, é muito importante porque fala de uma violência que é uma demissão do exercício de uma função de educar para a vida, e não somente ensinar o português, a matemática.

E - Como o senhor pensa que deve ser a recuperação das instituições?

Tavares - Acho interessante que a violência na escola seja tema de estudos sociológicos porque ela faz pensar o quanto as instituições estão em crise. A violência que ocorre no Direito de Família, numa questão de divórcio ou tutela de filhos, esconde e concentra todos os dilemas do que é hoje o grupo familiar que vai formar uma criança, mesmo estando em casas separadas. A violência policial mostra a crise da polícia, o desmando, a corrupção, a figura do policial herói, a idéia de usar a arma como um fato, uma forma de poder apesar do quanto isso pode ser trágico. A violência de algum modo produz uma reflexão sobre a crise da pós-modernidade. E neste ponto é muito importante que seja estudada, desvelada, por mais sofrimento que isto cause, se não estaremos numa situação de realismo fantástico de Garcia Marquez, onde ocorrem as maiores mortandades e pouco se fala. Há um manto de invisibilidade que provoca soluções que são patológicas, que não resolvem a dinâmica das conflitualidades. Se todos os lados do problema não são analisados, os mesmos são congelados numa outra manifestação e criam os estigmas, as situações patológicas, as fixações, impedem o desenvolvimento da compreensão psicanalítica do problema tanto em nível individual quanto social.



artigo

Cenas de violência

Mario Fleig
Psicanalista, membro de APPOA, membro da Association Lacanienne Internationale, professor no PPG-Filosofia da UNISINOS
cmc@myway.com.br

Cenas de violência é o que vemos todos os dias. Nos jornais, na TV, nas cidades, enfim, em nosso cotidiano. São cenas que se repetem e sempre nos fascinam. Olhamos e queremos olhar mais, mesmo ao virarmos o rosto, desviando o olhar. Pode-se então dizer que a violência tem a estrutura de uma cena.

Não é a partir destas cenas de nosso cotidiano que queremos examinar a violência, mas como se mostra na prática analítica. É comum alguém procurar uma análise se queixando de um sofrimento, considerando-se vítima em seu corpo, em seus pensamentos, em seus afetos, em sua sexualidade, em sua angústia, em seu destino, em sua existência, etc. O extremo da violência, sabemos, se encontra na morte, tanto a morte do corpo quanto a morte da alma. Nem sempre se pode saber qual é a mais dilacerante, pois o herói, por exemplo, mesmo recebendo a morte no corpo, imortaliza-se na memória dos seus.

Freud se debruçou seriamente sobre o problema da violência e da agressividade a partir do impacto da guerra, reafirmando suas hipóteses sobre os paradoxos da relação com o semelhante, como uma das fontes de ameaça. Propomos a leitura de uma carta de Freud (*Reflexões para os tempos de guerra e morte*, 1915), endereçada a um psicopatologista holandês, que nunca chegou a aceitar a psicanálise:

Prezado Dr. Van Eeden,

Aventuro-me, sob o impacto da guerra, a lembrar-lhe duas teses formuladas pela psicanálise e que, sem dúvida, contribuíram para sua impopularidade.

A psicanálise infere dos sonhos e das parapraxias das pessoas saudáveis, bem como dos sintomas dos neuróticos, que os impulsos primitivos, selvagens e maus da humanidade não desapareceram em qualquer dos seus membros individuais, mas persistem, embora num estado recalcado, no inconsciente (para empregar nossos termos técnicos) e aguardam as oportunidades para se tornarem ativos mais uma vez. Ela nos ensinou, ainda, que nosso intelecto é algo débil e dependente, um joguete e um instrumento de nossas pulsões e afetos, e que todos somos compelidos a nos comportar inteligente ou estupidamente, de acordo com as ordens de nossas atitudes e resistências internas.

Se, agora, o senhor observar o que está acontecendo na presente guerra – as crueldades e as injustiças pelas quais as nações mais civilizadas são responsáveis, a maneira distinta pela qual julgam suas próprias mentiras e maldades e as de seus inimigos, e a falta geral de compreensão interna que predomina –, terá de admitir que a psicanálise tem estado certa em ambas as suas teses.

Talvez ela não tenha sido inteiramente original nisso; não poucos pensadores e estudiosos da humanidade fizeram afirmações semelhantes. Nossa ciência, porém, as elaborou detalhadamente e as empregou a fim de lançar luz sobre muitos enigmas psicológicos.

Espero que venhamos a nos encontrar em tempos mais felizes.

Seu, sinceramente,

Sigm. Freud."

Esta carta, de 1914, é de uma atualidade surpreendente, e retrata a própria desilusão de Freud frente aos horrores da violência mortífera da guerra, abalando as esperanças no aperfeiçoamento civilizatório da humanidade. As duas teses referidas – a persistência de impulsos primitivos, selvagens e maus, e a debilidade de nosso intelecto, sendo um joguete e um instrumento das pulsões e afetos – apontam para o enigma da tendência à violência e destrutividade em nós. Tendência que se mantém viva, apesar da pressão educativa de seu ambiente cultural imediato e da influência da história cultural dos ancestrais. Desta forma, não haveria modo de erradicar a "maldade", mas apenas transformá-la, sem que com isso fosse possível assegurar uma proteção definitiva contra estas pulsões primitivas. Esta é uma das aporias do discurso psicanalítico: a análise não fornece uma terapêutica ao conflito que anima a relação com o semelhante. Pior, o tratamento é encarado sob a condição de que seja respeitada a verdade da relação com o outro, ou seja, o primado da agressividade sobre o amor.

Um paradoxo tem me interrogado muito: por que os criminosos, mesmo aqueles condenados de modo justo, assim como os que cometem pequenos delitos e ainda menos, aquelas pessoas que incorrem em erros cotidianos, quando questionadas acerca da responsabilidade de seu ato tendem a se declarar inocentes, alegando sempre boas razões? Será que não há uma verdade nesta declaração de inocência, mesmo que seja, do ponto de vista da autoria do ato, uma falsidade? Vou tentar expor minha hipótese.

Freud, já no *Projeto para uma psicologia científica* (1950 [1895]), formula a noção de desamparo (*Hilflosigkeit*) como sendo a posição mais primitiva, na qual a criança está confrontada com o desejo do Outro, no caso, aquele que cumpre a função materna. O sujeito primitivo se encontra desprovido de qualquer recurso, de qualquer proteção, não sabendo e não podendo definir o que o Outro lhe pede. É na iminência de ser literalmente aspirado, na relação com o desejo do Outro, que se constitui uma estrutura essencial, não apenas da neurose, mas de toda e qualquer estrutura analiticamente definida". (Lacan, *O desejo e sua interpretação*, seminário de 10.06.1959, inédito)

Ora, esta é a cena mais primitiva, uma cena que se apresenta para o sujeito nascente como aterrorizante. E é esta cena que retorna em todo pesadelo, não restando ao sonhador senão pular fora do sonho, acabando por acordar sobressaltado. Contudo, sai-se desta cena retorna na vida desperta, como é possível se defender? O desamparo primitivo pode ser representado na goela aberta do crocodilo, pronto a devorar a vítima indefesa. O que poderia deter as mandíbulas implacáveis? Somente algo que impedisse a bocarra de se fechar. O remo, levantado na vertical no último instante, como nos lembram os desenhos infantis, pode ser a salvação. Deste modo, o que pode conter a fúria primitiva do Outro é a introdução do terceiro, a lei simbólica. Apenas conter, sem contudo a erradicar. Na falta desta, o sujeito fará uso do que tem à mão, ou seja, tenderá a responder à violência primitiva com violência recíproca. Ou, na expressão de Freud (*Por que da guerra*, 1933 [1932]) em sua carta a Einstein, o organismo preserva sua própria vida, por assim dizer, destruindo uma vida alheia. E pelo fato de se acreditar na iminência de ser tragado pelo Outro, considera-se justificado em sua violência, portanto, inocente. Deste ponto de vista, a alegada inocência do criminoso revela a verdade da estrutura em que está situado.

Entretanto, esta inocência do criminoso é paradoxal, pois o mesmo se fixa apenas num dos pontos da cena, impedindo a dialetização da mesma e a subjetivação do desejo. O enunciado que organiza esta cena pode ser: "querem minha perda", conforme propõem J. Bergès e G. Balbo (*Há um infantil da psicose?* Porto Alegre, CMC, 2003). O Outro se apresenta como invasivo, todo-poderoso, infinito, enfim, mortífero. O sujeito, de seu lado, oferece o que tem à sua disposição, tentando aplacar a violência do Outro: o corpo, a angústia, a depressão, a paranóia, o semelhante, a anorexia, a bulimia, a oralidade, a violência, etc. Enfim, tende a reeditar a cena, perpetuando o fascínio pela imagem de um corpo despedaçado.

Então, pergunto, o que pode quebrar o fascínio e a rigidez da cena da violência? O que fazemos com a agressividade que explode em nossos atos, muitas vezes potencializada pelas armas de última geração?

Morgana Mengue Saft
Psicóloga de empresas do ramo calçadista em Novo Hamburgo
cuca_saft@hotmail.com

opinião do psicólogo

Este espaço é para a sua opinião. Envie sua colaboração para o e-mail jornal@crp07.org.br

Os textos devem ter cerca de 3.500 caracteres e serão avaliados pela Comissão de Comunicação do CRP-07.

Entre Chás, Cafés e Afetos

Como psicólogos em uma instituição qualquer (empresa, escola, serviço público, ONG's), muitas vezes tropeçamos na armadilha, armada por nós mesmos e por quem nos formou, de que somos capazes de, por um mero olhar, saber das aflições e angústias, alegrias e satisfações das pessoas que ocupam os mais distintos lugares nestas instituições. Às vezes, nosso contato com estas pessoas, consideradas nosso *objeto* de trabalho, não ultrapassa o limite de reuniões formais de planejamento, treinamentos operacionais, avaliações de desempenho ou, findam-se mesmo após a entrevista de seleção.

Depois de um tempo inserida neste espaço *psi*, isoladamente reservado e delimitado, salvo algumas exceções, percebi que existem pessoas com mais capacidade (ainda tenho dúvida se este seria o melhor adjetivo) para perceber as peculiaridades e qualidades de afetos que movimentam os dias das pessoas que passam mais tempo juntas do que com suas próprias famílias. A "senhora do cafezinho", a "tia da cozinha", ou tantas outras denominações que possa ela receber por talvez lembrar a avó, nos resquícios de lembrança da nossa infância. Enfim, é ela, simplesmente pelo tanto que deixa-se afetar e aproximar-se das pessoas a quem *serve* com seu trabalho, que enxerga muito do que nós, *profissionais* da *psique* humana deixa escapar por teorias mal alocadas, por preconceitos e o clichê do *"é preciso manter a distância mínima, é necessário evitar o envolvimento"*. Ora bolas, que utopia! Como humanos somos privilegiados pela capacidade de afetar-se pelo outro e saber deste afetamento. Isto basta para cair por terra o discurso do afastamento. Armados com toda esta parafernália de justificativas conseguimos, a duras penas, manter nosso tão valorizado espaço, já que sair de dentro do consultório para chegarmos a um espaço mais amplo de atuação levamos algum tempo, muitos questionamentos e incontáveis críticas.

Bom, mas isto tudo pra dizer, que a "senhora do café", com sua capacidade de deixar-se tocar sem teorizar seus afetos, pode encontrar-nos pela manhã no corredor, nos cumprimentar com um "bom dia" sorridente e nos trazer um *chazinho de disposição*, porque percebeu um toque de cansaço em nossos olhos baixos, ou *chá de gripe*, por nossa voz fanhosa, *"então é melhor enfraquecê-la antes que nos tome"*, diz ela. E mais, ela também sabe o que oferecer a cada um. A mesma receita, o mesmo remédio, as mesmas palavras, a mesma quantidade de açúcar não valem para todos. Pretendemos intervenção melhor que esta, percepção e aceitação das diferenças e individualidades mais pura?

Ela, com suas receitas e feitiços caseiros também nos fala das banalidades de vida de forma tão bruta, que tem a capacidade de deixá-las mais leves e sem tantas fantasias e discursos arredondados. É ela também, que nos arranca um sorriso quando nossa teoria não dá mais conta de nada, mostrando que o que resta é olharmos para os ensinamentos, sem nenhuma didática, da vida. Acabam sendo um pouco avós mesmo, daquelas que vivem a relação com seus netos descarregada de qualquer compromisso de educação moral. Ensina-nos, sim, entendendo o momento como diversão, nos permitindo olhá-los e conhecê-los pela vida que viveram, sem discursos, puxões de orelha ou ranços. Relação na qual o que conta é o sentimento mais puro, onde as palavras perdem espaço para o encontro, bons encontros como nos diria Espinoza. Entre chás, cafés e falas despretensiosas, elas acabam possibilitando que os afetos movimentem-se no ar, correndo livremente pelos corredores, arejando os encontros de tal forma que eles ultrapassem as formalidades das reuniões e as didáticas do ensino.

Obrigada Carmens, Elis, Marias, Elisângelas, Veras ou que tantos outros nomes podes ter, por constantemente nos lembrar que a teoria sustenta a prática, mas que esta só se mantém quando estamos envolvidos nela, na sua causa, identificados com seus objetivos até a última ponta de cabelo, até que nossa fala, mesmo que às vezes estereotipada, possa ser ouvida. Ouvida e mais, aceita enquanto possibilidade de agregação ao trabalho e intervenção na busca da qualidade de vida de todos nós!

Assim, desejo que continuemos a tomar chás que, como os afetos, têm diversas cores, sabores e aromas. Podem ser escolhidos, recebidos, oferecidos, bebidos diferentemente em cada momento da vida. Mas que seja essencial sorvê-los!

CRP-07

Psicólogos em manifestações contra o Ato Médico

O CRP-07 participou de duas manifestações importantes relativas ao PL-25, mais conhecido como PL do Ato Médico. NO dia 31 de março, o Conselho Estadual de Saúde promoveu uma audiência pública contra o projeto no auditório da Assembléia Legislativa. Os médicos estiveram representados pelo SIMERS e pelo CRM, mas seus argumentos de que o médico está no centro do Sistema de Saúde não convenceram a platéia. "Quem está no centro é o usuário. O SUS deve ser fortalecido porque é uma conquista da sociedade civil e o paciente deve ser atendido com respeito e por uma equipe interdisciplinar", destacou a enfermeira Nelsi Dias, presidente do Sindicato dos Enfermeiros. Além dos profissionais de cada categoria, a audiência também foi acompanhada por parlamentares gaúchos, entre os quais os deputados federais Pompeu de Mattos e Francisco Appio e os estaduais Jussara Cony, Pedro Westphalen e Edson Portilho. Entre os encaminhamentos da audiência estão a realização de seminários para debates sobre o projeto do Ato Médico nas Universidades da Grande Porto Alegre e interior do RS.



Uma semana depois, no Dia Mundial da Saúde, as entidades das categorias dos profissionais de saúde promoveram uma caminhada pelas ruas do centro de Porto Alegre para esclarecer a população sobre as questões do Ato Médico. Carregando faixas, banners e panfletos, os profissionais se mobilizaram em frente à Santa Casa e seguiram até à Esquina Democrática, onde conversaram com os passantes e entregaram folders que explicam a importância de cada profissão na integralidade proposta pelo Sistema de Saúde.

Atualmente, os dirigentes das categorias profissionais contrárias ao Ato Médico aguardam um retorno dos senadores gaúchos, para quem foram pedidas audiências com o propósito de esclarecer os prejuízos que a aprovação do PL-25 pode causar à população e as categorias profissionais.

18 de maio

Dia Nacional contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

Carla Bottega
Vice-presidente do CRP-07, assessora de Políticas Sociais da Secretaria de Governo da Prefeitura de Porto Alegre

Silvia Giugliani
Psicóloga colaboradora do CRP-07, coordenadora do Serviço de Educação Social de Rua da Fundação de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura de Porto Alegre

Podemos pensar que se uma luta precisa de uma data para ser lembrada é porque ainda não está absorvida pelo social, que ainda precisa ser efetivada como política. Assim é com o dia 18 de maio: um dia que precisa marcar a luta para reafirmar os direitos das crianças e adolescentes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei Federal 8.069/1990) - que neste ano completa 13 anos - dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, e no seu Artigo 5º prega: "Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais." O Estatuto é uma conquista da sociedade obtida através da construção feita por movimentos sociais. A mudança na Lei foi conquistada pelas pessoas sensibilizadas por meninos e meninas atravessados pelo sofrimento em nosso país. Com o Estatuto, crianças e adolescentes têm explicitados o direito de ter direitos especiais por estarem em estágio de crescimento, de desenvolvimento físico, psíquico e moral. Mesmo assegurados em Lei, meninos e meninas têm seus direitos mais elementares violados. No Brasil, grande parte das crianças que ingressam na escola não chegam a completar a 1ª série, e muitas das que conseguem vivem o fracasso escolar, deixando a instituição. Fora da escola, meninos e meninas ficam mais expostos.

A violência e a exploração sexual contra crianças e adolescentes não podem ser explicadas somente como conseqüência da pobreza, porque as vítimas não são só as pessoas pobres. Mas sabemos que a situação de vulnerabilidade e desigualdade social leva ao oferecimento do corpo infantil. Muito falamos de violência urbana, mas pouco sobre a violência que ocorre em 70% dos casos no interior das famílias e têm crianças e adolescentes como vítimas, envolvidas pelo silêncio. Abuso sexual, estupro e exploração sexual infanto-juvenil são marcas de violência vividas na família e na sociedade. Esta violência está presente em todas as classes sociais, porém entre as classes de alta renda as denúncias são reduzidas. A violência traz prejuízos ao desenvolvimento da criança e adolescente e pode influenciar nas condições de amar, de crescer. A violência sexual acontece numa relação autoritária, estando a criança/adolescente em desigualdade em relação ao adulto.

Precisamos tomar medidas para o enfrentamento desta situação, notificando e denunciando. Devemos combater a violência e exploração sexual com o vigor que a situação exige, pelos prejuízos aos vitimizados, por ferir principalmente os direitos fundamentais das crianças e adolescentes. E também porque silenciar nos coloca no lugar de cúmplices, uma omissão que pode prejudicar a criança mas também prejudica e esvazia uma sociedade de sentido, de direitos e de solidariedade. A notificação das situações deve ser feita ao Conselho Tutelar ou à Promotoria, caso a cidade ainda não possua Conselho. Esta é uma das formas de inibir situações de violência, quebrando o silêncio, a rede de exploração e a omissão.

Atividades marcam Dia da Luta Antimanicomial

O dia 18 de maio também é lembrado como o Dia Nacional da Luta Antimanicomial. Para marcar esta data e seu significado, o CRP-07 e a Secretaria de Saúde de Porto Alegre vão desenvolver uma série de atividades entre os dias 15 e 29 de maio. A primeira é um debate sobre o filme Deus é Brasileiro na Casa de Cultura Mario Quintana, enquanto no dia 16 de maio, no Solar Paraíso, acontece o seminário Construindo Saúde Mental na cidade de Porto Alegre. No dia 18 maio o público pode acompanhar uma apresentação do grupo de hip hop Black Confusion no Caismental; no dia seguinte, a programação envolve as oficinas de Geração de Renda. No dia 29 de maio, a partir das 9h, todos estão convidados a participar de uma audiência pública em favor do projeto Morada São Pedro, uma iniciativa do Fórum Gaúcho de Saúde Mental. A audiência será realizada na Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa. Toda a programação tem entrada franca. Maiores informações no site www.crp07.org.br.

Bolsa-auxílio para doentes mentais

Uma das principais bandeiras do Movimento de Luta Antimanicomial está prestes a ganhar um apoio importante. Segundo informações do site Carta Maior, o Ministério da Saúde prometeu lançar, ainda no mês de maio, uma bolsa-auxílio mensal de R$200,00 para os pacientes que voltam à sociedade depois de saírem dos hospitais psiquiátricos. Com um investimento de R$ 2 milhões, o ministério pretende atender, inicialmente, duas mil pessoas com mais de dois anos de internação continuada e dependência hospitalar durante um ano. "A bolsa auxílio tem o objetivo de dar aos pacientes maior autonomia em relação aos hospitais e garantir a sobrevivência dessas pessoas na sociedade", explica Alfredo Schechtman, da coordenação do Programa de Saúde Mental do Ministério da Saúde. Além da bolsa auxílio a ex-internos, o Ministério da Saúde aguarda a liberação de R$10 milhões para a instalação de 100 novos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), nos locais deficientes do serviço, principalmente na Região Norte. A atual rede substitutiva de saúde mental conta com 382 CAPS, contra os 154 de 1996.

Seção Serra traça perfil dos psicólogos da região

A Seção Serra do CRP-07, com sede em Caxias do Sul, realizou uma pesquisa entre os psicólogos da região com o objetivo de apurar as necessidades e os interesses destes profissionais, bem como futuras atividades a serem desenvolvidas pelo Conselho. O questionário foi respondido por 45% dos psicólogos, que demonstraram interesse, principalmente, pela discussão de temas ligados a Psicologia Clínica e a Organizacional. Também foram citados o mercado profissional para o psicólogo na região da Serra e a atuação nas demais áreas da Psicologia. Em breve, a pesquisa completa estará disponível no site do CRP-07.

A Comissão de Trânsito do CRP/07

informa que o prazo para adequação de procedimentos contidos na Resolução CFP nº 016/2002 foi prorrogado para mais 6 meses a contar de 11 de abril de 2003, atendendo a uma solicitação do Conselho Regional de Psicologia/7ª Região. Por conta disso, a Comissão de Trânsito vem se reunindo com o Sindicato dos Psicólogos do RS e profissionais que atuam nos CFC's para encaminhar uma proposta ao DETRAN. A resolução também estará na pauta da próxima APAF, marcada para os 16, 17 e 18 de maio.



agenda

As informações da agenda são atualizadas semanalmente no site
www.crp07.org.br

I Simpósio Paulista de Psicologia Hospitalar e da Saúde
Tema: Psicologia Hospitalar e da Saúde - Em busca de novos caminhos
Dia 31 de maio em São Paulo
Inscrições abertas no Centro de Estudos e Pesquisas em Psicologia - CEPPS
Informações (11) 5054.3053 ou http://alaidecantone.vila.bol.com.br

Psicoterapia Psicanalítica e Sexualidade Humana
Cursos de especialização
Inscrições abertas no Instituto Abuchaim
Informações (51) 3333-9684 ou iabuchaim@terra.com.br.

Supervisão em Psicoterapia Psicanalítica
Inscrições abertas no ESIPP
Informações (51) 3338.9878

Seminários para Estudantes
Temas: Narcisismo, Psicanálise Infantil, Relação Mãe-Bebê, Interpretação dos Sonhos
Inscrições abertas na Constructo
Informações (51) 3395.3354

Formação em Psicologia Organizacional - Turma VII
Curso com início em agosto de 2003
Inscrições abertas no Instituto de Desenvolvimento Global
Informações (51) 3232-6104 ou 3222-1725

Saúde Mental e Manejo em Situações de Sofrimento Psíquico
Curso de Especialização com início em agosto de 2003
Inscrições abertas na UNISC (Universidade de Santa Cruz do Sul)
Informações (51) 3717-7311 ou www.unisc.br/pg

Prêmio Juan Sebastian Kern - Edição 2003
Inscrição de trabalhos até o dia 12 de setembro
Informações www.premiojuansebastiankern.psc.br ou premiojuanskern@oul.com.br

V Jornada da Projecto
Tema: Avaliação Psicológica - Novos Achados e Reflexões Contemporâneas.
Dias 23 e 24 de maio no Hotel Continental, em Porto Alegre
Inscrições abertas na Projecto
Informações (51) 3330.4000 ou www.projecto-psi.com.br

I Jornada de Psicologia Hospitalar da Santa Casa
Dias 6 e 7 de junho no anfiteatro Hugo Gerdau da Santa Casa de Porto Alegre
Informações (51) 3214.8504 ou eventos@santacasa.tche.br

VIII Encontro Paranaense de Psicoterapias Corporais
De 19 a 21 de junho de 2003, em Curitiba (PR)
Informações (41) 263-4895 ou www.centroreichiano.com.br

IX Jornada de Psiquiatria da Região Sul, VI Jornada Gaúcha de Psiquiatria, Pré-Congresso do XXI Congresso Brasileiro de Psiquiatria e Simpósio Temático da WPA
De 3 a 5 de julho na AMRIGS, em Porto Alegre
Informações (51) 3311.8809 ou www.sprs.org.br

XV Jornada Anual do IEPP
Tema: A Dor Revelando a Vida
Dias 22 e 23 de agosto no Novotel, em Porto Alegre
Inscrição de trabalhos até o dia 27 de junho
Informações (51) 3333.4801, 3335-3534 ou iepp@iepp.com.br

X Encontro Nacional de Psicólogos da Área Hospitalar
Dias 30 e 31 de agosto em São Paulo (SP)
Informações (11) 3078.1644 ou www.nemeton.com.br

I Encontro Chapecoense de Psicodrama
Tema: Ampliando o Contexto
Dias 30 e 31 de Agosto em Chapecó (PR)
Inscrições abertas na Conttexto - Associação de Psicodrama
Informações (49) 322.5921 ou (49) 329-8047

XI Jornada Anual do ESIPP
Tema: Vulnerabilidade do Terapeuta e Função Analítica
De 2 a 4 de outubro, em Porto Alegre
Informações (51) 3338.9878 ou 3338.9877

II Congresso Latino Americano de Dinâmica dos Grupos/III Congresso Brasileiro de Dinâmica Interpessoal
De 17 a 19 de setembro em Porto Alegre
Informações (51) 3332.9293 ou www.sbdg.org.br

II Congresso Sul-Americano de Criatividade/VII Jornada Gaúcha de Arte-Terapia e IV Encontro de Terapias Expressivas
Tema: Cultura, Cidadania e Responsabilidade Social
De 29 a 31 de maio na FIERGS, em Porto Alegre
Inscrições abertas na Centrarte
Informações (51) 3264.3312 ou centrarte.rs@terra.com.br

IV Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento
Tema: Contextos de Desenvolvimento, Educação e Cultura
De 24 a 27 de maio em João Pessoa (PB)
Informações http://stop.at/sbpd ou dalbosco@cpovo.net

I Congresso Nacional de Avaliação Psicológica/IX Conferência Internacional de Avaliação Psicológica
Tema: Formas e Contextos
De 23 a 26 de julho, em Campinas (SP)
Informações www.ibapnet.org.br ou congresso2003@ibapnet.org.br

X Congresso Brasileiro de Psicologia do Esporte/III Congresso Internacional de Psicologia do Esporte
De 4 a 9 de setembro, no Rio de Janeiro
Informações sobrapecongresso2003@rjnet.com.br

IX Encontro Nacional de Gestalt-Terapia/VI Congressos Brasileiro da Abordagem Gestáltica
Tema: A Estética das Relações Humanas no Século XXI: que história estamos desenhando para os relacionamentos futuros?
De 29 de outubro a 2 de novembro em Gramado (RS)
Inscrições abertas no Instituto de Psicologia Gestáltica/RS
Informações (51) 33289614 ou igestalt@igestalt.psc.br

Esclarecimento

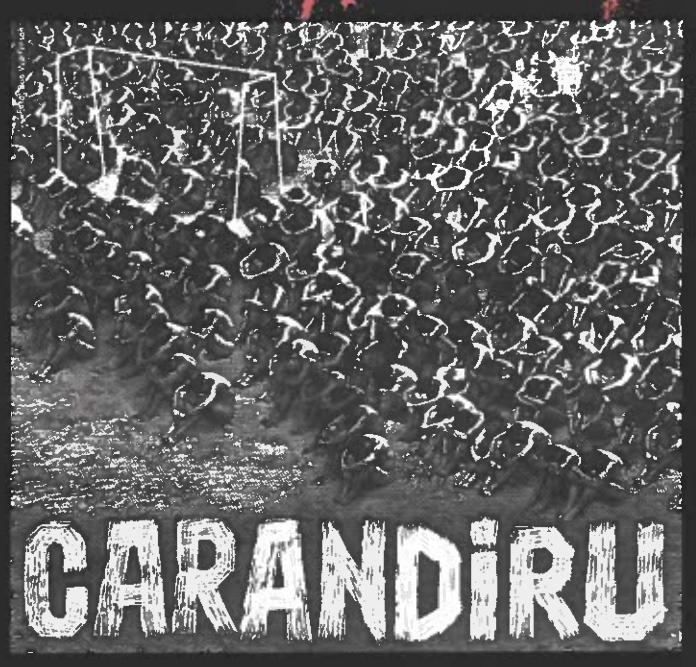
A Associação Atlética Banco do Brasil (AABB) informa que não mantém convênio com nenhuma empresa para divulgação junto ao seu corpo de associados. Segundo a assessoria da AABB, pessoas não autorizadas vêm procurando profissionais da Saúde para oferecer planos que supostamente estariam ligados à instituição.

Carandiru
Filme de Hector Babenco
Brasil, 2003, 146min
Em cartaz nos cinemas

Reféns do sistema

Luciano Canto Loguercio
Mestre em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS. Coordenador do Programa de Saúde Mental para os Trabalhadores da Segurança Pública do RS – Módulo Caxias do Sul/2002.
kantu@ig.com.br

Em um retrato particular da realidade do Sistema Penitenciário Brasileiro, o renomado diretor dos temas sociais, Hector Babenco, leva às telas uma obra baseada no livro *Estação Carandiru*. A obra é assinada por Drauzio Varella, médico oncologista que trabalhou por 13 anos como voluntário da Casa de Detenção de São Paulo (1989-2002), mais conhecida como Carandiru. Varella iniciou seu trabalho com o propósito de minimizar o grave problema da AIDS que se espalhava na Penitenciária, mas acabou por ampliar e diversificar seu campo de ação. Se o livro já foi impactante por mostrar, privilegiando a perspectiva dos presos com quem conviveu ao longo desse período, o universo pulsante do interior de um dos maiores complexos penitenciários de nosso país, através de uma narrativa clara, instigante e repleta de curiosas histórias, o filme, pela potência singular que a arte visual possui, vem provocar ainda mais nossos sentidos e nossas emoções. *Carandiru* já é o filme brasileiro com a maior abertura de público e renda e o primeiro filme brasileiro a estar entre as dez maiores aberturas em renda de todos os tempos.



A superlotação (em torno de sete mil presos para cerca de quatro mil vagas), a disputa de poder entre os grupos rivais, a peculiar organização partilhada entre os que lá dividem seus dias (assim como a punição severa a quem a desobedece), a promiscuidade, mas também a fidelidade entre pares assumidos, a proliferação de doenças contagiosas, o tráfico de drogas, o consumo, o comércio generalizado, o desprezo aos estupradores e o risco constante de morte, o acesso livre à televisão, o campeonato de futebol, a presença de armas nas celas, a convivência de pessoas envolvidas em crimes mais severos com outras que praticaram pequenos delitos, tudo vai sendo mostrado no filme através do entrelaçamento de histórias de diversos homens, e tudo também pode ser transposto para a maioria das prisões brasileiras. A cor, os sons da cadeia e seus ecos, e até mesmo o cheiro que exala das paredes podem ser percebidos pelo espectador, tamanha a força das imagens. Nossos sentidos se aguçam diante da tela.

O encarceramento prisional faz aguçar também os sentidos de cada apenado e leva um a um a ser refém das emoções que o habitam a todo instante. Ser "preso" é estar conectado a uma espécie de experiência subjetiva amplificada. Na cadeia potencializam-se conflitos, carências, traumas, medos, defesas e desejos passados, atualizados na complexidade das múltiplas configurações que se vão tramando no tempo/espaço dos muros que a delimitam. Nesse sentido, todos tornam-se mais vulneráveis na cadeia e alguns movimentos de auto-proteção se impõem naturalmente. Aliar-se aos mais fortes e partilhar dos códigos de conduta e comunicação estabelecidos fazem-se fundamentais para suportar vivência tão impactante. Ainda que fora das grades – embora entre elas –, também agentes penitenciários, técnicos e demais profissionais que atuam no sistema carcerário acabam por compartilhar de processos similares, na maioria dos casos sem poder contar com nenhum apoio psicológico especializado.

O filme, no entanto, permite-nos vislumbrar algumas singularidades que, sensivelmente captadas por Drauzio Varella e explicitadas em seu livro, foram fielmente respeitadas por Babenco. São as histórias de Sem Chance e Lady Di, Majestade, Seu Chico, Zico, Nego Véio, Peixera, Ezequiel, dentre outros. O filme consegue destacar, em oposição à homogeneização estigmatizada do que se conceba ser "o preso", individualidades múltiplas, agentes de complexas e distintas histórias que se cruzam a partir da intersecção das mesmas no conflito que estabelecem com a lei. Além disso, as diferentes histórias apresentadas no filme sem dúvida nos fazem concluir que um outro ponto prévio e comum a todas elas marca este encontro posterior com a lei: a exclusão social. Não são quaisquer pessoas que lá se vêem confinadas, mas principalmente aquelas que o Estado não tratou de dar a atenção devida no tempo certo. O Carandiru, enquanto ideologia da Instituição Prisional, vem a cumprir o papel de excluir, disciplinar e conter os já excluídos de antemão pela sociedade: negros e pobres em sua maioria. O alto índice de reincidência entre os presos no Brasil, ainda que o filme não retrate este fator, aponta para a inoperância do sistema carcerário da forma como se apresenta.

O filme culmina com o massacre de 111 presos no dia dois de outubro de 1992, sem nenhuma morte de policial registrada, data conhecida como o "massacre do Carandiru". Através da ação de uma polícia militar despreparada ou, se preferirmos, mal-gerenciada, consuma-se o descaso do poder público com essa população e a manifestação do desejo inconsciente ou não de ir ao extremo da possibilidade de exclusão: a morte.

Com a composição *Aquarela do Brasil* de fundo, na genialidade de Hector Babenco, ruem as paredes do Carandiru em 2002. A fumaça que se espalha com as implosões jamais apagará as memórias tatuadas naqueles que viveram seus dias e suas noites e, a partir do filme, naqueles que se deixaram afetar pelas intensidades das histórias, das imagens, dos sons...

Fotos: Marlene Bergamo

